

Conselho de Administração
Presidente
Walter Fontana Filho

Membros
Fernão Lara Mesquita,
Francisco Mesquita Neto,
Getúlio Luiz de Alencar,
Júlio César Mesquita e
Roberto C. Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editores-Chefe Responsáveis: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto

Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Flavio Pestana
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio
Diretor de Tecnologia: Nelson Garzeri

estadão.com.br

A versão na Internet de
O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O IBGE sob domínio petista



A suspensão, pela diretoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da divulgação dos resultados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – que apresenta a situação do mercado de trabalho no País – deixa claro que, se for necessário para evitar que informações eventualmente negativas sobre o desempenho da economia causem danos à candidatura da presidente Dilma Rousseff à reeleição, o governo do PT não hesitará um segundo para intervir em qualquer órgão público. Nem mesmo instituições como o IBGE, que construíram ao longo dos anos uma reputação reconhecida internacionalmente pela qualidade e isenção de seu trabalho e produzem informações essenciais

para a formulação de políticas públicas e para decisões das empresas privadas e das famílias, escapam da volúpia petista pela permanência no poder.

A revolta do corpo técnico da Diretoria de Pesquisas da instituição, responsável pela produção dos principais indicadores por ela divulgados regulamente, não deixa dúvidas quanto ao caráter político da decisão. A diretora Marcia Quintslr, que se opunha à interrupção da divulgação dos resultados, demitiu-se do cargo que ocupava desde 2011 tão logo a suspensão foi anunciada. Em nota, coordenadores e gerentes estratégicos da Diretoria de Pesquisas disseram ser “insustentável” sua permanência nos cargos caso a suspensão seja mantida.

A constatação, pela Pnad Contínua, de que o desemprego médio no País em 2013 foi de 7,1% deve ter provocado grande irritação entre os

membros do governo que acumulam a função de organizadores da campanha eleitoral de Dilma. Eles estavam acostumados a outro indicador, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) também aferida pelo IBGE, que tem apontado para um desemprego em torno de 5% – número que certamente tem impacto eleitoral muito mais favorável para a candidatura oficial do que o da Pnad Contínua.

São, porém, pesquisas diferentes, baseadas em metodologias e critérios diferentes e com abrangências igualmente diferentes (a PME limita-se a seis regiões metropolitanas; a Pnad Contínua tem alcance nacional), daí a discrepância de seus resultados num determinado momento.

Ao anunciar a suspensão da divulgação dos resultados trimestrais da Pnad em 2014 – a próxima estava marcada para o dia 27 de maio – e o reinício dos anúncios em janeiro de

2015, quando o vencedor da eleição presidencial já tiver tomado posse, a diretoria do IBGE tentou justificá-la com argumentos técnicos. Entre outros, a direção do instituto alegou, em comunicado, que a suspensão é necessária para eliminar da pesquisa dúvidas e questionamentos, entre os quais a respeito de renda domiciliar per capita, que será utilizada para definir as quotas de Estados e municípios nos respectivos fundos de participação em tributos federais.

Os técnicos da Diretoria de Pesquisas consideraram “inaceitável” essa alegação e também a decisão de refazer o calendário de divulgação dos resultados da Pnad Contínua. Documentos técnicos publicados pelo IBGE e declarações da presidente da instituição, Wasmália Bivar, à imprensa mostraram que há tempos a metodologia da pesquisa não precisa mais ser revista ou testada.

A metodologia é utilizada desde

2006 e a Pnad Contínua começou a ser realizada em caráter excepcional em outubro de 2011, em pelo menos 20 regiões metropolitanas, além de cinco capitais estaduais e no Distrito Federal. Em janeiro de 2012, foi estendida para todo o território nacional e, de acordo com as *Notas Metodológicas* publicadas pelo IBGE no início deste ano, desde então faz parte do conjunto de pesquisas do instituto.

Em setembro do ano passado, em entrevista ao jornal *Brasil Econômico*, a presidente do IBGE afirmou que, “quando começarmos a produzir, teremos que divulgar um cronograma e não poderemos parar”. O cronograma foi amplamente anunciado no início deste ano (os dois primeiros resultados foram divulgados na data prevista), mas, por alguma razão, Wasmália e outros diretores do IBGE decidiram suspender a divulgação. Não foi por razões técnicas.

A bomba na conta de luz

Há uma bomba armada nas contas de luz, mas, para não irritar os consumidores em ano de eleição, ela só deverá explodir em 2015. Trata-se da consequência financeira inevitável do pacote do setor elétrico com que a presidente Dilma Rousseff pretendeu reduzir (apenas temporariamente, ressalve-se) o custo da energia elétrica para os consumidores. A estiação nas regiões das maiores hidrelétricas forçou o acionamento por longo período das usinas termoeletricas, que operam a custos bem mais elevados, e acrescentou valores bilionários à bomba inicial.

Por causa das mudanças feitas no plano de ajuda às empresas do setor, não se sabe com precisão qual será o custo para os consumidores – e para os contribuintes, pois a redução forçada das tarifas implicou subsídios com recursos do Tesouro. Cálculos iniciais, alguns de iniciativa oficial, outros de analistas do setor privado, indicam que o aumento da tarifa no próximo ano não deverá ficar abaixo de 8% e poderá alcançar até 19%. Haverá novos aumentos nos anos seguintes, pois será inevitável que os efeitos dessa bomba tarifária se estendam para além de 2015.

Acabará saindo muito caro para o País o que ficou relativamente barato em 2013, por conta do plano energético de Dilma Rousseff, eleita com a fama de grande gerente de progra-

mas públicos, sobretudo de energia, depois de ter ocupado o cargo de ministra de Minas e Energia no governo Lula.

Os números já conhecidos e sua oscilação em razão de necessidades não previstas pelo governo revelam a precariedade do programa de redução tarifária. Mostram também os problemas de gestão do plano de expansão do parque energético, pois o atraso no cronograma de construção e operação de hidrelétricas programadas há muitos anos obrigou o País a consumir mais energia das termoeletricas.

Em março, quando anunciou o socorro às empresas distribuidoras – cuja saúde financeira foi abalada por causa da necessidade de comprar energia das termoeletricas, pela qual pagavam mais caro mas eram forçadas a vender para o consumidor por preços controlados –, o governo estimou em R\$ 8 bilhões a necessidade de financiamento para elas, valor ao qual adicionaria R\$ 4 bilhões de recursos do Tesouro. Com a confirmação pelo governo, na quarta-feira (16/4), de que o empréstimo alcançará R\$ 11,2 bilhões, a serem concedidos por um pool de bancos (inclusive estatais), viu-se que a conta estava subestimada.

O dinheiro que viria do Tesouro foi reduzido para R\$ 1,2 bilhão, pois, dos R\$ 4 bilhões inicialmente anunciados, o governo desviou R\$ 2,8 bilhões para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), utilizada para indenizar as empre-

sas que aderiram ao programa energético do governo e para compensar os descontos de tarifas, entre outras finalidades. O reforço do caixa da CDE, como outras medidas do governo, tem a finalidade de reduzir o aumento das tarifas em 2014.

Como mostrou o jornalista Ribamar Oliveira, no jornal *Valor* (10/4), em fevereiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) havia calculado que, para fechar as contas de 2014, as empresas do setor elétrico necessitariam de R\$ 5,6 bilhões adicionais, oriundos da CDE. Obtê-los implicaria elevar as tarifas em 4,6% já neste ano. Para não ter de impor aumento dessas dimensões em ano eleitoral – e num momento em que são fortes as pressões inflacionárias –, o governo desviou recursos inicialmente programados para as distribuidoras e, com outras transferências para a CDE, reduziu sua necessidade adicional para R\$ 1,6 bilhão. Com isso, o impacto sobre as tarifas foi igualmente reduzido, limitando o aumento para 1%.

Se se levar em conta que, em 2013, o governo já tinha colocado R\$ 9 bilhões para ajudar o setor por conta da redução tarifária e outros R\$ 9,8 bilhões para compensar as distribuidoras (parte desse valor será reposta com os financiamentos agora acertados), tem-se ideia do custo do programa energético do governo Dilma. A persistência da estiação deverá torná-lo ainda maior para os consumidores e contribuintes.

De perguntas e respostas

Quando uma autoridade de primeiro escalão considera uma indecência ser perguntado por um jornalista sobre um assunto que o incomoda; quando acusa o profissional de atitude preconceituosa e desrespeitosa porque faz perguntas cujas respostas interessam à opinião pública, mas não a ele; quando, depois de responder de bom grado a todas as perguntas que lhe interessavam, proclama que o representante de um órgão da imprensa não tem legitimidade para questioná-lo – uma evidência se impõe: a autoridade está completamente despreparada para o cumprimento de seu ofício.

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), assumirá a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), condição em que estará no comando da fiscalização e do julgamento dos litígios legais do pleito de outubro. Natural, portanto, que os cidadãos estejam interessados em saber o que ele pensa sobre o papel da Justiça Eleitoral num momento certamente decisivo para o País, quando estarão em jogo os mais importantes mandatos executivos e legislativos, inclusive a Presidência da República. Com a intenção de prestar esse serviço jornalístico, o repórter Roldão Arruda entrevistou Dias Toffoli.

O resultado foi totalmente frustrante em termos de conteúdo, diante das platitudes

proclamadas, mas ao final o cangaço da Suprema Corte confirmou que se filia a uma corrente do pensamento – digamos assim – político que tem ojeriza pelo dissenso e, quando se sente confrontado, apela para o revide agressivo.

O ministro Toffoli já deveria saber, a esta altura da vida, que numa sociedade democrática a imprensa verdadeiramente livre, descompromissada com os interesses dos donos do poder ou de quem quer que seja, tem não apenas o direito, mas o dever de fazer perguntas que eventualmente os poderosos se sintam embaraçados para responder.

Esse direito e esse dever é que conferem à imprensa livre, a este jornal, a seus repórteres, plena legitimidade para fazer perguntas que o ministro tem medo de responder.

O final do diálogo entre o repórter e o ministro é esclarecedor.

Repórter: “Ministro, o senhor já foi advogado do PT e agora vai presidir o TSE. Há alguma incompatibilidade?”. Toffoli: “Você tem que perguntar isso para o Aécio Neves, o Eduardo Campos e a Marina Silva. Não para mim”. Repórter: “Por quê?”. Toffoli: “Ora, o que está no substrato de sua pergunta é uma indecência. É preconceituosa e desrespeitosa. Você não tem legitimidade para me impugnar, nem a mídia. Vá fazer a pergunta para o Aécio, o Eduardo e a Marina, porque eles têm”.

É difícil entender o que Aécio

Neves, Eduardo Campos e Marina Silva têm a ver com o fato de Toffoli ter sido advogado do PT, estar na iminência de assumir a presidência do TSE e a possibilidade de isso resultar em conflito de interesses.

Mas a evocação dos líderes políticos que no momento são os principais adversários do PT certamente pode dizer muito sobre os reflexos condicionados do ministro.

De qualquer modo, pelo menos quando se trata de fugir de incompatibilidades, Toffoli traz consigo alguma experiência, como a que viveu na fase de prejulamento do mensalão. Incessantemente acossado por jornalistas indecentes, preconceituosos e desrespeitosos que queriam a todo custo saber se ele, por suas notórias ligações com o PT, não se sentia eticamente impedido de participar do julgamento, simplesmente deu as costas a todos e foi fazer o que sua convicção mandava.

Por uma questão de justiça, porém, não se pode deixar de levar em consideração que o ministro Toffoli tenha lá suas razões para se sentir inseguro – e melindrado – com a curiosidade malsã dos jornalistas. Afinal, o dele é um caso raro, de pessoa que foi nomeada para compor a mais alta Corte de Justiça do País depois de ter sido reprovado em concurso para ingresso na Magistratura de primeira instância. Ou seja, deve seu sucesso às notórias amizades.

JOSÉ CARLOS DEGASPARE
degasp@uol.com.br
São Paulo

Blindagem

De fato, é um tal de blindar Dilma, a Petrobrás, o PT... Se é preciso blindar, é porque algo está errado. O PT e a sra. presidente deveriam ser os primeiros a querer saber toda a verdade sobre esses negócios escusos. Já foi o tempo em que aprendíamos na escola que os políticos estavam aí para defender os interesses do povo e do Brasil. Agora o que vale é manter-se no poder, custe o que custar à Nação!

FABIO ORBITE
inforbite@yahoo.com.br
São Paulo

Síndrome do pânico

Nem Lula, nem Dilma nem o PT querem a CPI da Petrobrás. Estão todos com medo de que ela

se torne o novo mensalão do PT e atralhe seus planos de poder. Desta vez, bravatas e discursos perversos não vão resolver. É muita coisa atrapalhada e estranha para explicar.

CARLOS DE OLIVEIRA AVILA
gardjota@gmail.com
São Paulo

A CPI é uma arma

Lula quer segurar a CPI porque é uma arma apontada para Dilma. Se o mal que está destruindo a Petrobrás a atingir, esconder o mal é crime, e o que ele propõe é a maior indicação de que o País deve exigir a verdade e apoiar ruidosamente a CPI. Ao contrário do que costuma afirmar, ele sabe tudo e o que diz abertamente revela o que se passa nos bastidores. O que é mais importante, salvar Dilma ou salvar a Petrobrás?

GILBERTO DIB
gilberto@dib.com.br
São Paulo

“Salvar a empresa agora é o mesmo que pôr tranca na porta arrombada desde 2003”

VAGNER RICCIARDI / SÃO VICENTE, SOBRE A PETROBRÁS
vbricci@estadão.com.br

“O presidente do PT diz-se defensor incondicional da Petrobrás. Então, é bom ele se apressar, pois, pelo andar da carruagem, não vai sobrar nada para ser defendido”

JAIR FREIRE / SÃO PAULO, IDEM
assim.soja@gmail.com

HÁ 1.657 DIAS
POR DECISÃO JUDICIAL, O ESTADO ESTÁ SOB CENSURA. ENTENDA O CASO: WWW.ESTADAO.COM.BR /CENSURA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Rio deve ganhar um local para cultos 'afro'
Religiosos são criticados pela forma como rituais são feitos hoje; podem causar poluição e incêndio

1.118

● “Estado laico. Temos de respeitar todas as religiões. Na teoria é uma coisa. Na prática é muito diferente.”

ALINE MARTINEZ

● “Em vez de as autoridades estimularem a ciência, acabam por estimular as crenças de um povo afundado em religiões.”

LUIZ SIQUEIRA

● “É como ir numa tribo indígena e mandar os índios irem morar num prédio por um motivo a ou b.”

JOSEMIR M. FORTUNATO

O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3856-2122

Redação: 6º andar
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@estadão.com

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

Central de atendimento ao assinante
Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadão.com.br/faleconosco-
Central de atendimento ao leitor:
Fale com a redação: 3856-2122
falecom.estadão@estadão.com

Classificados por telefone: 3855-2001
Vendas de assinaturas: Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000
Vendas Corporativas: 3856-2917
Central de atendimento às agências de publicidade: 3856-2531 – cia@estadão.com
Preços venda avulsa: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC e DF: R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). ES, RS, GO, MT e MS: R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)
Preços assinaturas: De segunda a domingo – SP e Grande São Paulo – R\$ 78,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.

PUBLICAÇÃO DA S. A. O. ESTADO DE S. PAULO